



**REDE PARA A
REDUÇÃO DE
COMBUSTÍVEIS
FÓSSEIS NA
AMERICA LATINA
E NO CARIBE
(CFAL)**

Informe N.º 1

2025

Conteúdo

- 1** Para onde vamos?
- 2** Por que: Impulsores de mudança
- 3** O que tem funcionado?
- 4** Desafios: Condições facilitadoras às políticas de suprimento
- 5** Recomendações
- 6** Notas

1 Para onde vamos?

Liderança latino-americana em iniciativas de redução da produção de combustíveis fósseis

Vários países da América Latina são considerados líderes internacionais devido aos seus esforços para limitar a produção de combustíveis fósseis e avançar rumo à sustentabilidade econômica e energética. Dada a necessidade de que outros países adotem medidas semelhantes como parte de uma transição justa, neste relatório refletimos sobre o que podemos aprender com as experiências de países como Costa Rica, Equador, Chile e Colômbia, e quais são alguns futuros cenários potenciais para fortalecer essa agenda. Nesse contexto, é fundamental refletir e compartilhar os aprendizados, desafios e lições dessas experiências sobre como continuar apoiando e ampliando essas políticas.

CONTEXTO

Está cada vez mais evidente que os objetivos do Acordo de Paris sobre a mudança climática não poderão ser alcançados sem esforços globais mais ambiciosos para limitar a produção dos recursos fósseis remanescentes. Entendidas como medidas desde a oferta para limitar a produção, o transporte ou a transformação de combustíveis fósseis, seja de forma voluntária ou por meio de regulamentação [1], as políticas de redução de suprimento fóssil incluem proibições e moratórias sobre novas explorações e extrações, restrições nos processos de transformação, controles sobre o uso de financiamento para combustíveis fósseis ou esforços para eliminar subsídios e retirar investimentos. Essas políticas vêm ganhando impulso globalmente, consolidando-se na recente incorporação desse objetivo no texto da COP28. No entanto, para que as transições energético-econômicas sejam justas, é necessário que reconciliem as três dimensões do trilema energético: segurança energética, pobreza energética e sustentabilidade [2].

Porém, vários relatórios e estudos têm mostrado uma grande brecha entre a produção e a exploração esperada de combustíveis fósseis versus o que seria compatível para manter as temperaturas globais abaixo dos 1,5°C acima das temperaturas pré-industriais [3]. Efetivamente, hoje em dia os governos estão planejando explorar mais que o dobro das reservas fósseis que seriam consistentes com esta trajetória.

Neste cenário, vários países latino-americanos, incluindo Costa Rica, Colômbia, Equador e Chile, estão liderando o caminho na luta contra a mudança climática visando deixar voluntariamente as reservas de carvão, petróleo e/ou gás no subsolo.

Costa Rica

- Um dos primeiros países em renunciar às reservas de petróleo, impondo uma moratória a essas atividades no ano de 2002, que diferentes governos mantiveram.
- Membro fundador da Aliança Além do Petróleo e Gás (Beyond Oil and Gas Alliance – BOGA, na sigla em inglês).

Colômbia

- O governo do Gustavo Petro se comprometeu a buscar alternativas para deixar as reservas de petróleo no subsolo.
- Está liderando o apoio ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, e é membro do BOGA e da Aliança para Superar o Carvão (Powering Past Coal Alliance, PPCA).

Equador

- O povo equatoriano votou em 2023 para interromper o projeto petrolífero no bloco 43 do Parque Nacional Yasuní, na Amazônia, um parque nacional e um dos lugares mais biodiversos do planeta.
- Caso implementado a tempo, essa decisão poderia ajudar a limitar a produção e a consequente contaminação de 726 milhões de barrís de petróleo.

Chile

- O Chile não é produtor em escala industrial de combustíveis fósseis, e está avançando em um plano de descarbonização da sua matriz elétrica para gradualmente eliminar o carvão visando alcançar uma matriz 100% livre desse recurso até 2040.
- O Chile é membro da Aliança para o Fim do Carvão (Powering Past Coal Alliance – PPCA), do Compacto Sem Novo Carvão (No New Coal Compact), da Aliança Além do Petróleo e Gás (Beyond Oil and Gas Alliance – BOGA) e co-líder do Clube do Clima (Climate Club) junto com a Alemanha.

Portanto, **este é um momento crucial para fazer contribuições em matéria de políticas públicas sobre as aprendizagens e desafios destas experiências, e compartilhar as lições aprendidas** para seguir apoiando e extendendo estas políticas. Efetivamente, funcionários do estado e governos interessados em desenvolver políticas para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis de suas matrizes econômicas e energéticas, enfatizaram a dificuldade que enfrentam para avançar por conta da falta de modelos e experiências similares na região. Deste modo, é fundamental ampliar o acesso à informação adequada e à análise política sobre como construir e manter coalizões de apoio a estas políticas a longo prazo.

Como contribuição para estes debates, este relatório reúne experiências e lições a nível de políticas públicas derivadas a partir da reflexão conjunta de profissionais e acadêmicos/as da Rede para a Redução de Combustíveis Fósseis na América Latina e no Caribe (*la Red para la Reducción de Combustibles Fósiles en América Latina y el Caribe* (CFAL) [4], além do trabalho de campo em Costa Rica, Colômbia, Equador e Chile realizado através do projecto SUS-POL (Universidad de Sussex, UK) [5] – onde durante o ano de 2024 foram realizadas até agora mais de 90 entrevistas a diversos atores sociais (considerando o estado, representantes legislativos, empresas e associações de setor privado, líderes de sindicatos, ONGs socioambientais, organizações de comunidades locais, meios de comunicação e imprensa, acadêmicos especialistas, e povos indígenas). O relatório aborda 4 eixos:

1. **Impulsores de mudança: O que** motiva diferentes países e povos a escolher iniciativas para sair da produção de combustíveis fósseis?
2. Quais políticas funcionaram?
3. Quais são os **desafios e reflexões** resultantes destas políticas?
4. **Recomendações** para impulsionar estas políticas a nível nacional.



Foto de [KK Muralidharan](#).

2 Por que: Impulsores de mudança

Existe uma longa história de adoção de políticas de redução de suprimento de combustíveis fósseis na região. Sem embargo, de maneira geral as políticas tiveram motivações diferentes das relacionadas à mudança climática, pelo menos de forma explícita. Entre os fatores que destacam para a sua adoção, encontramos:

- **A diminuição das reservas fósseis e a perda de rentabilidade.** Esse é um problema fundamental para compreender a necessidade de transição em economias dependentes de combustíveis fósseis, que não apenas são vulneráveis às transições internacionais, mas também enfrentam um declínio físico na quantidade e/ou qualidade de suas reservas, tornando a indústria fóssil um negócio incerto a longo prazo. Além disso, soma-se a incerteza quanto à tendência da demanda por esses combustíveis e, por outro lado, os crescentes compromissos e avanços no desenvolvimento de energias renováveis. Essa situação é observada nos casos do Chile, Colômbia e Equador.
- **Autonomia e segurança energética.** Devido à relativa ou total dependência de certos países da importação onerosa de combustíveis fósseis, nações como a Costa Rica impulsionaram transições energéticas precoces para abandonar a produção potencial de combustíveis fósseis e buscar outras fontes de energia sustentáveis, custo-eficientes e próprias do território nacional, como a energia hidrelétrica. Na última década, o Chile também desenvolveu seu potencial em energias renováveis de forma acelerada. Além disso, sair do setor fóssil e desenvolver estratégias para reduzir o risco de ativos bloqueados, ao mesmo tempo em que se fortalece a base industrial nacional para a produção de energias renováveis, representa uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento econômico.
- **O papel dos movimentos sociais e indígenas** tem sido um importante gatilho na articulação de demandas para limitar a produção de combustíveis fósseis e resistir à expansão de novas fronteiras de exploração e extração. Isto foi fundamental nos casos do movimento ADELA (Ação de Luta Antipetrolífera) em Costa Rica, com o Yasunidos no Equador, com a Coalizão Chao Carbón [6], no Chile, e com o trabalho da Aliança Colômbia Livre de Fracking na Colômbia.

- **Proteção da biodiversidade e o conflito entre a exploração de reservas de petróleo e outras formas de relação com a natureza e modelos econômicos alternativos.** Por exemplo, o marco dos direitos da natureza e a presença de povos indígenas em isolamento voluntário no Equador, assim como o modelo de ecoturismo na Costa Rica, têm sido fatores-chave para apoiar as políticas de redução da produção de combustíveis fósseis. Dado que existem conflitos críticos entre áreas de alta biodiversidade e reservas de combustíveis fósseis [7], essa questão já é, e pode continuar sendo, um forte impulso para a adoção de medidas de redução do suprimento de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que permite a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo.
- **As consequências negativas sobre o meio ambiente e a saúde humana.** A extração e transformação de combustíveis fósseis (além de seu consumo), não somente produzem contaminação sobre os ecossistemas, mas também problemas graves a saúde humana. Os impactos da liberação de partículas finas que causam dano aos pulmões, gases de enxofre, óxidos de nitrogênio (NOx) e mercúrio, além da liberação de carbono na atmosfera, representam graves ameaças tóxicas à saúde humana e aos ecossistemas. A tragédia das zonas de sacrifício no Chile ligadas a presença de usinas termelétricas a carvão mobilizou amplamente a sociedade civil e as populações vizinhas [8].
- **A falta de resistência do setor privado foi crucial.** Quando a indústria fóssil está fortemente presente, torna-se muito mais difícil implementar medidas de redução na produção de combustíveis fósseis. Como foi observado nos casos do Equador e da Colômbia em contraste ao observado na Costa Rica e no Chile, onde essa indústria tem estado praticamente ausente desde o século XXI.
- **Alianças e pressões internacionais** para cumprir acordos como o de Paris 2015 ou para liderar as transições pós-fósseis têm sido relevantes para impulsionar essas políticas no caso do Chile e do governo de Petro na Colômbia, bem como para respaldar a moratória em Costa Rica [9].



Foto de [Clyde Thomas](#).

3 O que tem funcionado?

Além da importância da mobilização popular para promover avanços nessas questões, no âmbito das políticas públicas, quatro grandes elementos têm sido eficazes para alcançar consensos e orientar a implementação de medidas efetivas.

3.1

Contar com estudos acadêmicos e econômicos de especialistas e instituições reconhecidas que demonstrem a necessidade e a viabilidade da transição.

Os quatro países analisados evidenciam o papel fundamental dos estudos especializados na quantificação dos custos socioculturais, econômicos e ambientais da produção de combustíveis fósseis, especialmente em termos dos impactos na biodiversidade, bem como das limitações físicas dessa produção. Isso tem possibilitado a abertura de debates e a apresentação de alternativas [10]. Por um lado, dispor de cenários concretos que evidenciem o enorme custo de não realizar a transição para economias pós-fósseis tem sido essencial para mobilizar ações e recursos[11]. Por outro lado, estudos que reforcem a viabilidade das alternativas têm sido determinantes em países como Chile e Equador, onde a participação de economistas tem se destacado na apresentação de estimativas econômicas concretas, permitindo uma melhor compreensão da viabilidade e conveniência das iniciativas alternativas [12].

3.2

Políticas de transição de Estado com visão de longo prazo.

Para sustentar transições complexas e adaptar os planos às condições reais, é fundamental superar políticas limitadas aos governos de turno e alcançar acordos transversais a nível de Estado. Esse cenário tem sido observado na Costa Rica (com exceção do governo atual de Rodrigo Chaves) e no Chile, onde o consenso político permitiu manter e ampliar as ambições climáticas de forma consistente ao longo do tempo.

3.3

Mecanismos para a participação pública vinculante.

Incorporar a sociedade civil desde o início dos planos de transição pós-fóssil e envolvê-la no acompanhamento das metas e compromissos assumidos em diferentes níveis de governança é essencial. Isso tem possibilitado o engajamento e a conscientização da população, tornando-a participante ativa dos compromissos climáticos. Um exemplo bem-sucedido de implementação de política pública é o *Conselho de Cidadania sobre Mudança Climática (C5)* [13] da Costa Rica, que buscava envolver a sociedade civil como supervisora do cumprimento dos objetivos estabelecidos para alcançar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) assumidas pelo país.

3.4

Planos locais de transição justa.

É fundamental reconhecer os esforços locais de planejamento de longo prazo para substituir modelos extrativistas baseados em combustíveis fósseis por economias diversificadas e sustentáveis que ajudem as populações locais a desenvolver e fortalecer sua resiliência econômica, sociocultural e política. Um exemplo interessante na Colômbia é a transição no departamento de Boyacá. O governo departamental iniciou um planejamento de longo prazo para diversificar a matriz econômica local, historicamente baseada na mineração (particularmente de carvão), e fomentar a reindustrialização, a segurança alimentar e o turismo [14]. Outro caso relevante é o *Semillero de Pesquisa em Transição Energética* da Universidade de Magdalena, uma universidade pública que tem abordado a transição não apenas na formação universitária de novos profissionais, mas também por meio do envolvimento direto com comunidades locais no processo de transição, apoiando-as na construção de alternativas locais [15].

4 Desafios: Condições facilitadoras às políticas de suprimento

Tomando em conta as experiências desses países na região, identificamos múltiplos desafios que devem ser considerados nos planos para sair da produção de combustíveis fósseis:

- **Rumo a uma transição justa.** Interromper a produção de combustíveis fósseis requer políticas abrangentes que considerem os impactos econômicos, socioculturais, ambientais, educacionais e de saúde, entre outros. Os impactos são observados não apenas no trabalho remunerado e nos trabalhadores sindicalizados, mas especialmente naqueles que são mais precários e estão à mercê das economias e empregos informais (particularmente os subcontratados, como mostrado no caso chileno), bem como nas mulheres que se dedicam principalmente ao trabalho doméstico e de cuidados. O conceito de justiça deve considerar a maneira como diferentes medidas afetam de forma diferente o bem-estar das pessoas com base em condições de gênero, etnia e classe, entre outros.
- **Ter diagnósticos e planos adequados para promover transições econômico-energéticas que possam abordar o trilema energético.** Afastar-se da produção de combustíveis fósseis exige entender todos os efeitos dessas mudanças e as cadeias de impacto nas diversas áreas associadas. Quem é (in)diretamente afetado? Como esse impacto ocorre? Quais elementos estão possibilitando e determinando a obtenção de mudanças sistêmicas na saída dos combustíveis fósseis? Essas e outras questões devem ser respondidas estrategicamente para planejar mudanças e ser capaz de se adaptar às modificações. O caso do Chile é um bom exemplo dos problemas decorrentes da falta de planejamento estatal (por exemplo, associada à inércia do sistema elétrico, redes de transmissão e sistemas de armazenamento), bem como da priorização do mercado em matéria energética, que – mesmo com a vontade pública/privada de descarbonizar a geração de eletricidade – têm atrasado o progresso e gerado o desperdício de grandes quantidades de energia renovável.

- **Destinos e caminhos claros.** As transições exigem planos de longo e médio prazo em vez de políticas populistas de curto prazo, além da busca de consenso social transversal entre os setores público e privado, a sociedade civil e os povos indígenas. É essencial formalizar e respaldar iniciativas em leis para avançar de forma consistente e independente de mudanças de governo, evitando assim retrocessos em contextos políticos adversos, crises econômicas ou guerras. Um bom exemplo disso é a *Lei Chilena de Mudanças Climáticas*, que estabelece a meta de atingir a neutralidade nas emissões de gases de efeito estufa até 2050 e estabelece mecanismos institucionais para avançar e avaliar o progresso ao longo do tempo. Por outro lado, o Equador apresenta um caso único, onde o marco legal dos direitos da natureza permite o avanço de uma agenda alinhada à necessidade de proteger a biodiversidade e o meio ambiente.
- **Financiamento de transições.** A comunidade internacional deve resolver o problema da dívida externa que aflige os países de renda média e baixa para que eles possam avançar e financiar transições para economias e matrizes energéticas mais limpas [16]. Da mesma forma, o impacto da produção de combustíveis fósseis nas economias de países como Colômbia e Equador destaca a importância de considerar e resolver o impacto fiscal da transição para economias pós-fósseis para uma transição responsável e justa. Igualmente, é necessário garantir que as leis e iniciativas de transição tenham recursos adequados para sua implementação adequada.
- **Diversificação econômica, industrialização e rendas alternativas:** Devem ser considerados o potencial de diversificação econômica dos territórios [17], os *desafios da governança fiscal* na saída da produção de combustíveis fósseis e alternativas viáveis para substituir a renda dos combustíveis fósseis a médio e longo prazo. Nesse sentido, criar oportunidades e alternativas para promover políticas industriais que agreguem valor à diversificação econômica é essencial para criar economias mais resilientes.

- **Considerar os ciclos de vida das iniciativas e projetos, bem como espaços para reavaliação permanente.** É necessária uma visão sistêmica para definir as alternativas, bem como considerar o ciclo de vida dos projetos e infraestruturas que surgirão. No caso da Colômbia, a falta de regulamentações de alto padrão e planos claros para o fechamento de minas e operações de combustíveis fósseis gerou crises socioambientais em vários territórios da região (como o caso da Prodeco no departamento de Cesar, na Colômbia [18]). Isso mostra a necessidade de desenvolver e fortalecer padrões de fechamento, considerando não apenas o problema dos passivos ambientais, mas também a situação econômica e sociopsicológica das localidades, e a quantificação das externalidades negativas durante os anos de operação das indústrias fósseis. Ao mesmo tempo, tanto os fechamentos quanto as novas rotas exigem espaços permanentes de reavaliação com todos os atores afetados, a fim de fazer as modificações pertinentes e alcançar a implementação bem-sucedida das iniciativas.
- **Repensar os sistemas energéticos a partir da compreensão da dinâmica socioeconômica (demanda) e da disponibilidade de fontes primárias de energia (oferta),** priorizando o uso e o aproveitamento de fontes renováveis, bem como o consumo eficiente de energia, para garantir segurança e soberania a médio e longo prazo. É fundamental ter um entendimento prévio sobre as formas como os combustíveis fósseis estruturam os sistemas energéticos dos quais os países dependem, bem como os benefícios e desafios envolvidos quando consideram esses fatores técnicos na formulação de alternativas energéticas de baixa emissão de carbono.
- **A transição deve considerar mudanças nos estilos de vida da população.** As transições não estão considerando as mudanças nos padrões de produção e consumo que exigem transições pós-fósseis integradas. Embora seja essencial focar nos estilos de vida e no desenvolvimento planejado pelos países, estes devem incorporar padrões de justiça que garantam que os estilos de vida que consomem mais recursos (dos setores socioeconômicos mais abastados) sejam os primeiros a fazer a transição e gerar oportunidades para aqueles que têm menos recursos e cujos estilos de vida têm menos impacto nas crises que estamos vivendo.

- **Governança integrada:** É essencial repensar a gestão estatal, que costuma estar fragmentada entre diferentes ministérios, e implementar medidas transversais interministeriais. Isso é fundamental para garantir a coordenação e o desenvolvimento conjunto e eficaz de políticas voltadas para a eliminação gradual da produção de combustíveis fósseis, além de incluir, desde o início e de forma contínua, os governos locais dos territórios afetados. O *Ministério do Meio Ambiente e Energia* da Costa Rica é um exemplo dos benefícios do trabalho conjunto entre áreas que tradicionalmente são geridas de forma separada. No Chile, o *Comitê Interministerial de Transição Socioecológica Justa* é outro caso relevante, pois busca superar essa fragmentação e criar espaços integrados sob a nova institucionalidade desenvolvida para esse fim, como o *Escritório de Transição Socioecológica Justa* (TSEJ, sigla em espanhol).
- **Discussões abertas.** A política energética é muitas vezes muito fechada e, em muitos casos, controlada pelo Estado e suas equipes técnicas. Isso cria um desafio no nível de governança para abrir discussões e tomadas de decisões efetivas para todos os setores envolvidos, não apenas para gerar políticas públicas multinível ad hoc com os contextos e realidades (nacionais, locais), mas para garantir a eficácia das medidas adotadas. Como vimos em vários países, políticas fechadas dos mais altos níveis de poder público e privado geram resistência, desconfiança e não são implementadas com sucesso. Os casos do *Plano Nacional de Descarbonização* da Costa Rica ou as mesas de diálogo do *Plano de Descarbonização do Chile 2018–2019* são exemplos de processos de tomada de decisão mais fechados, que não conseguiram criar espaços de consenso entre os atores envolvidos para definir ações concretas e estabelecer espaços de trabalho de longo prazo. O exposto acima mostra que há muita experiência, ferramentas e estratégias para melhorar e aprofundar a participação pública vinculativa e eficaz nos debates sobre transições energéticas [19].

- **Desenvolver espaços de diálogo de saberes multiníveis e para múltiplos atores.** Criar conhecimento e produzir conteúdos contínuos em linguagens acessíveis para todos os atores envolvidos é essencial. Isso vai além das narrativas tecnocráticas que restringem os debates sobre a transição energética e econômica apenas a “especialistas” e a um nível centralizado. Promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento—científico, local, tradicional e indígena—e integrar esses saberes à gestão administrativa e institucional é um desafio fundamental para construir pontes, fomentar entendimentos e alcançar consensos que considerem os diversos territórios, culturas, conhecimentos e iniciativas existentes. Esforços como os do Instituto de Governança de Recursos Naturais (NRGI) na Colômbia, que busca dar visibilidade a narrativas inclusivas sobre a transição justa a partir das perspectivas das comunidades locais [20], representam estratégias fundamentais para ampliar o debate em diferentes contextos.
- **Estratégias inovadoras a partir das bases.** O caso do Yasuní ITT, no Equador, foi o primeiro a apresentar um esquema concreto para financiar a decisão de países do Sul Global de manter suas reservas fósseis no subsolo em troca de compensação econômica [21]. Esse modelo convida a repensar alternativas que, sendo pertinentes no contexto local e levando em consideração a vontade das comunidades — assim como suas diferenças socioculturais e econômicas —, possibilitem o financiamento de transições para além dos combustíveis fósseis sem comprometer a segurança econômica e energética dos países. Há diversas propostas vindas da sociedade civil que deveriam ser consideradas com mais seriedade [22].
- **Transparência na governança e descentralização do setor energético.** É fundamental desenvolver mecanismos de transparência e prestação de contas para garantir a legitimidade e a credibilidade das iniciativas implementadas. Isso inclui transparência sobre os fundos comprometidos, distribuídos e utilizados, acesso à informação e participação na avaliação de iniciativas energéticas justas. Além disso, envolve maior transparência nos processos de participação vinculante desde as fases iniciais e no relacionamento com as comunidades locais, bem como no fortalecimento e monitoramento por parte dessas mesmas comunidades. A política de fortalecimento das *comunidades energéticas na Colômbia* é um exemplo positivo dessa abordagem [23].

- **Fortalecimento da matriz energética descentralizada e comunitária.** As crises de preços, os desafios decorrentes da concentração na geração de energia, os atrasos nos sistemas de transmissão e armazenamento, as geografias acidentadas da América Latina e os altos níveis de desigualdade socioeconômica evidenciam a necessidade, nos quatro países analisados, de avançar no *fortalecimento da geração distribuída e das comunidades energéticas*. Esse processo de descentralização dos sistemas energéticos contribuirá para a criação de territórios mais resilientes.
- **Garantir um equilíbrio entre o apoio doméstico e a liderança internacional.** Os países líderes nesse tema enfrentam o desafio de equilibrar o apoio internacional e o doméstico para implementar seus compromissos de eliminação da produção fóssil. Atualmente, a Colômbia apresenta uma discrepância entre seu discurso internacional — amplamente elogiado — e sua política nacional, que enfrenta forte resistência de diversos grupos. A Costa Rica também reduziu seu compromisso com a *Beyond Oil and Gas Alliance* (BOGA) sob o novo governo devido à falta de apoio interno. Ao mesmo tempo, há potencial para explorar mecanismos domésticos que desincentivem a produção poluente, como os *impostos verdes*, já utilizados no Chile, na Colômbia e na Costa Rica, e que poderiam ser adotados por outros países da região.



Foto de [Jplenio](#).

5 Recomendações

Reconhecendo os desafios mencionados, identificamos as seguintes recomendações:

- **Compreender os custos das transições e garantir uma distribuição justa e responsável.** Embora a noção de transição justa reconheça que alguns atores já enfrentaram os custos da extração de combustíveis fósseis, assim como os impactos diferenciados dessas transições na perda de empregos e na geração de renda (seja no setor privado, estatal ou social), é essencial considerar que as iniciativas de transição também geram custos no curto, médio e longo prazo. Esses custos devem ser levados em conta desde o início com uma abordagem de justiça, reconhecendo a responsabilidade primária daqueles que mais se beneficiaram da produção de combustíveis fósseis e que, historicamente, externalizaram suas consequências negativas.
- **Os benefícios das transições devem ser compartilhados.** Os projetos de energia de baixa emissão de carbono devem beneficiar diretamente as comunidades que vivem próximas a esses projetos energéticos. Além disso, as transições devem ser planejadas com um modelo de governança comunitária e descentralizada, permitindo que as próprias comunidades liderem as soluções e os processos de aprendizagem, além de compartilhar os benefícios econômicos e sociais gerados diretamente pelos projetos. Isso não apenas fortalece as comunidades locais, mas também aumenta sua resiliência diante dos desafios ambientais e climáticos que impactam seus territórios.
- **As soluções devem considerar não apenas o trilema energético, mas também a tripla crise** que enfrentamos: mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. Abordar uma dessas questões em detrimento das outras compromete o sucesso das iniciativas.
- **Reorientar os ministérios e o funcionamento das políticas públicas** para lidar com os desafios transversais impostos pela crise climática e pelas transformações econômicas e sociais decorrentes das transições pós-fósseis.

- **A necessidade de fortalecer significativamente os mecanismos de consulta popular e inclusão social**, garantindo a participação vinculante e adequada de todos os atores direta ou indiretamente afetados, bem como outras ferramentas de democracia direta alinhadas às realidades locais. Além disso, mecanismos de transparência e prestação de contas sobre os planos e o financiamento das transições justas são fundamentais para garantir sua legitimidade e eficácia.
- **Reparação e regeneração.** Diante dos impactos poluentes e dos danos socioambientais de longo prazo causados pelas indústrias fósseis, tanto públicas quanto privadas, é essencial desenvolver estratégias de médio e longo prazo que transformem permanentemente a lógica de desenvolvimento e as políticas públicas voltadas para os territórios afetados. A reparação e a regeneração devem se tornar pilares permanentes dessas ações.



Manifestação em 2013 pedindo o fechamento definitivo da termelétrica Bocamina II em Coronel, Chile. Créditos: Coalizão Chao Carbón.

- **Planejamentos sistêmicos de longo prazo.** Desde o início, os planejamentos devem considerar os desafios regulatórios e as adaptações necessárias à legislação vigente, bem como a capacitação de servidores públicos para sua implementação. A transição para além dos combustíveis fósseis exige mudanças energéticas e econômicas justas e interconectadas, além de transformações na mentalidade e na cultura organizacional. Esses processos também precisam ser ajustados à realidade de diferentes territórios, promovendo alternativas de diversificação econômica e energética que fortaleçam a resiliência local.
- **Avaliação do impacto sobre a infraestrutura existente.** O problema dos ativos enclausurados e de outras infraestruturas impactadas pelas transições deve ser considerado desde a fase inicial do planejamento. Não somente porque permite desenvolver planos e gestão adequados para a aposentadoria da infraestrutura fóssil e os custos que esses ativos implicam; mas também como uma oportunidade de inovar e poder utilizá-los de forma segura, eficaz e eficiente.
- **Aprimorar e fortalecer a colaboração continental e internacional para proteger a biodiversidade e os recursos naturais da região.** Já existem iniciativas que podem ser apoiadas, como a campanha por uma Amazônia livre de combustíveis fósseis e a aliança pelo abandono dos fósseis [24] no Grande Caribe, entre outras. Essas iniciativas permitem que os países unam esforços de maneira contínua para promover uma transição justa.
- **Integração energética na região.** A integração energética da América Central demonstra a importância de expandir esses esforços para a América do Sul, a fim de construir sistemas regionais mais resilientes, acelerar as transições energéticas e cumprir os compromissos climáticos por meio do fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral.
- **As políticas de redução do suprimento fóssil devem considerar os demais desafios enfrentados atualmente pelos Estados latino-americanos.** A região lida com múltiplas questões que afetam o desenvolvimento dessas políticas e não podem ser ignoradas, como os altos níveis de desigualdade, a corrupção, a pobreza, o desmatamento, a violência e o narcotráfico, além da perseguição de líderes indígenas e ambientais e da criminalização dos protestos, entre outros. Portanto, as políticas de oferta devem ser políticas abrangentes que considerem os territórios como um todo.

6 Notas

[1] Philippe Le Billon and Berit Kristoffersen, 'Just Cuts for Fossil Fuels? Supply-Side Carbon Constraints and Energy Transition', *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52.6 (2020), pp. 1072–92, p. 3.

[2] Newell, P., & Mulvaney, D. (2013). The political economy of the 'just transition'. *The Geographical Journal*, 179(2), 132–140.

[3] McGlade, C., Ekins, P. (2015) The geographical distribution of fossil fuels unused when limiting global warming to 2°C. *Nature* 517, 187–190. <https://doi.org/10.1038/nature14016>. Outros sites de interesse: <https://www.unep.org/resources/production-gap-report-2023>; <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>

[4] Agradecemos o apoio financeiro do *International Development Challenge Fund* da Universidade de Sussex para a realização do evento.

[5] Mais informações disponíveis em: <https://www.sussex.ac.uk/research/projects/sus-pol/about/>

[6] Temper, L. et al (2020) Movements shaping climate futures: A systematic mapping of protests against fossil fuel and low-carbon energy projects *Environmental Research Letters*, Volume 15, Number 12: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/abc197/meta>; <https://www.chaocarbon.cl/>; <https://www.yasunidos.org/>; Rodríguez, T (2016) *Petróleo Y Resistencia En Centroamérica. El Caso De "Acción De Lucha Anti Petrolera (Adela)" En El Caribe Sur De Costa Rica (1999–2002)*. Anuario CIEP, vol 7. Universidade de Costa Rica: <https://www.kerwa.ucr.ac.cr/items/2cd81648-ea72-4a89-bdac-433083272207>

[7] N. Butt et al., Biodiversity Risks from Fossil Fuel Extraction. *Science* 342, 425–426 (2013). DOI: [10.1126/science.1237261](https://doi.org/10.1126/science.1237261)

[8] Bolados García, P., Sánchez Cuevas, A. (2017) "Uma ecologia política feminista em construção: O caso das 'Mulheres das Zonas de Sacrificio em Resistência', Região de Valparaíso, Chile". *Psicoperspectivas* [online] vol.16, n.2, pp.33–42; Astudillo et al. (2024). "Zonas de Sacrificio no Chile". *Scripta Nova* Vol. 28 Núm. 2. Dossiê: A justiça espacial na América Latina.; <https://radiojgm.uchile.cl/mujeres-de-zona-de-sacrificio-en-resistencia-la-lucha-por-respirar-un-aire-limpio/>

[9] <https://crlibredeperforacion.org/>; <https://censat.org/red-gran-caribe-por-un-mar-sin-combustibles-fosiles/>

[10] Información disponible en: Parra, R., Bukkens, S. and Giampietro, M. (2020). Exploration of the environmental implications of ageing conventional oil reserves with relational analysis. *Science of the Total Environment*. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.142371>, e https://journals.lww.com/epidem/fulltext/2004/07000/mortality,_morbidity,_and_economic_consequences_of.103.aspx

[11] Groves et al (2020) Beneficios y Costos de la Descarbonización de la Economía de Costa Rica: Informando la Implementación del Plan Nacional de Descarbonización Bajo Incertidumbre Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

[12] Para citar alguns: Larrea, C. 2020 ¿Por qué necesitamos superar la dependencia del petróleo? Serie de relatórios técnicos, Cuencas Sagradas, territorios para a vida. Equador-Perú. Disponível em: https://cuencasagradas.org/wp-content/uploads/2021/05/REPORTE_TECNICO_3_PETROLEO.pdf; Grupo Banco Mundial (2022) Opportunities and barriers for the deployment of green hydrogen in Chile's markets – Small and Medium Grids. Ministerio de Energía do Chile, Ministerio de Economía e Fazenda da Espanha, ARUP, Grupo Banco Mundial ; Palma Behnke R., et al. (2019). Chilean NDC Mitigation Proposal: Methodological Approach and Supporting Ambition. Grupo de Trabalho sobre Mitigação e Energia, Report. Santiago: COP25 Scientific Committee; Ministério da Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação

[13] Mais informação em: <https://cambioclimatico.minae.go.cr/5c-consejo-consultivo-cambio-climatico/#:~:text=El%20Consejo%20Consultivo%20Ciudadano%20de%20Cambio%20Clim%C3%A1tico%20285C%29,cuentas%2C%20de%20disposici%C3%B3n%20y%20acceso%20a%20la%20informaci%C3%B3n>.

[14] Obando Rodriguez, Claudia (2022). Forging new pathways of sustainable development in resource-dependent global south regions. A discussion of related and unrelated variety. Universidade de Sussex. Thesis. <https://hdl.handle.net/10779/uos.23495435.v1>

[15] Mais informações disponíveis em: https://sussex.figshare.com/articles/thesis/Forging_new_pathways_of_sustainable_development_in_resource-dependent_global_south_regions_A_discussion_of_related_and_unrelated_variety/23495435?file=41203592; <https://bloqueio.unimagdalena.edu.co/author/semilleroeunimagdalena-edu-co/>

[16] Newell, P. (2024). Towards a more transformative approach to climate finance. Climate Policy, 1–12. <https://doi.org/10.1080/14693062.2024.2377730>

[17] Informações disponíveis em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/469241593746087038/diversification-and-cooperation-in-a-decarbonizing-world-climate-strategies-of-fossil-fuel-dependent-countries>

[18] Weber, G et al. (2023) Exploring resilience in public services within marginalised communities during COVID-19: The case of coal mining regions in Colombia. Journal of Cleaner Production vol 415. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2023.13788>

[19] Newell, P. et al (2024) Landscapes of (in)justice: Reflecting on voices, spaces and alliances for just transitions, Energy Research & Social Science, 116, <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103701>

[20] Información disponible en: <https://resourcegovernance.org/es/articles/configurando-narrativas-inclusivas-sobre-la-transicion-justa-en-colombia>

[21] Informações disponíveis em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800914003474?casa_token=DC-th-4D3hkAAAAA:pwXA6dEBCKyxbSKYdE43e8SNf7gK-STTGQVVlbB7X6hOoOXZow1CbM4vgkyTBny8GtP4wkvdmwk

[22] Mais informação em: <https://www.leave-it-in-the-ground.org/resources/lingo-incentives/>

[23] Informações disponíveis em: <https://www.minenergia.gov.co/es/comunidades-energeticas/>

[24] Mais informação em: <https://es.amazonwatch.org/news/2024/1107-a-fossil-free-amazon-has-a-powerful-new-ally>; <https://censat.org/red-gran-caribe-por-un-mar-sin-combustibles-fosiles/>.

Sobre a CFAL

Rede para a Redução de Combustíveis Fósseis na América Latina e no Caribe (CFAL).

Somos uma rede de acadêmicos, ativistas e profissionais de toda a América Latina, do Caribe e de outras regiões, interessados em compartilhar pesquisas, ideias e recursos para apoiar uns aos outros nos esforços para acelerar a transição dos combustíveis fósseis de maneira social e ecologicamente justa.

Sobre os autores



Daniela Soto Hernández

Antropóloga Social e Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade de Sussex, trabalhando no projeto SUS-POL. Seu doutorado em Desenvolvimento Internacional, na mesma universidade, explorou debates sobre a decolonização da transição energética e a extração de lítio na América do Sul. Atua como pesquisadora e consultora há mais de 12 anos e publicou em periódicos como *Feminist Economics*, *Journal of Peasant Studies* e *Canadian Journal of Development Studies*.



Peter Newell

Professor de Relações Internacionais na Universidade de Sussex, diretor de pesquisa e cofundador da *Rapid Transition Alliance*. Seus livros mais recentes incluem *Power Shift: The Global Political Economy of the Energy Transition*, *Changing Our Ways: Behaviour Change and the Climate Crisis* e *Global Green Politics*.

Para mais informações, entre em contato por e-mail:
info@cf-al.org.